



Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

4º trimestre de 2024

Apresentação da autarquia.....	3
Missão, visão e valores.....	3
Base de preparação das demonstrações contábeis e das notas explicativas.....	3
Resumo dos principais critérios e práticas contábeis.....	5
Declaração do contador	7
Demonstrações Contábeis.....	8
Balanço Patrimonial	8
Balanço Orçamentário	11
Balanço Financeiro	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	15
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	17
Notas Explicativas	19
Balanço Patrimonial (BP).....	19
ATIVO.....	19
Nota 1 – Ativo Circulante - Estoques.....	19
Nota 2 - Demais Créditos e Valores a curto prazo	19
Nota 3 - Ativo Realizável a Longo Prazo.....	20
Nota 4 - Imobilizado – Bens Imóveis	20
PASSIVO	21
Nota 5 – Demais Obrigações a Curto Prazo	21
Nota 6 - Ajustes de exercícios anteriores	22
Balanço Orçamentário (BO).....	22
Nota 8 – Resultado Orçamentário.....	23
Nota 9 - Receitas Realizadas	23
Nota 10 – Despesa Orçamentária	23
Nota 11 – Restos a pagar	24
Balanço financeiro (BF)	24
Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).....	25
Nota 13 – Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	25
Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas	26
Nota 15 – Transferências e Delegações Concedidas	26
Nota 16 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	26

Apresentação da autarquia

Em 22 de fevereiro de 1989 foi promulgada a Lei nº 7.735, que cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), integrando a gestão ambiental no país. Até então, havia várias instituições no governo federal com diferentes visões, muitas vezes contraditórias, para tratar sobre o tema. A responsável pelo trabalho político e de gestão era a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada ao Ministério do Interior. A Sema teve papel de articulação muito importante na elaboração da Lei 6938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em vigor até hoje. A lei estabelece o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), único com poder de legislar. A PNMA foi um grande avanço. Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, essa lei foi a única a ser recepcionada na íntegra. Por outro lado, sua efetivação foi construída aos poucos.

Missão, visão e valores

Missão

Formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Visão de futuro

Ser reconhecido como referência nacional e internacional na efetiva conservação e proteção do meio ambiente, no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e na produção de conhecimento.

Valores organizacionais:

1. Responsabilidade Ambiental: adotar uma postura ativa para promover práticas ambientais sustentáveis e eficientes;
2. Comprometimento com o Resultado: atuar de forma planejada, integrada e objetiva, com foco nos objetivos institucionais e na geração de valor socioeconômico;
3. Integridade na Conduta: agir com princípios e ética, de forma a promover uma gestão transparente e responsável, e assegurar o interesse público;
4. Valorização do Profissional: reconhecer a competência técnica e objetiva dos servidores, de modo a valorizar as realizações funcionais destes;
5. Comprometimento com a Sociedade: atender as expectativas da sociedade de forma ágil e inovadora, demonstrando empenho na prestação dos serviços públicos; e
6. Valorização do Conhecimento: gerar e difundir conhecimento em meio ambiente.

Base de preparação das demonstrações contábeis e das notas explicativas

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Além disso, estão em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 10ª edição) e o Manual Siafi.

O propósito das notas explicativas é fornecer informações qualitativas, complementares às demonstrações contábeis, que expliquem variações relevantes e materiais, permitindo o controle social. Tem base na técnica da revisão analítica, cujo modelo foi desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN - como forma de padronização de apresentação das informações.

No presente relatório, estão evidenciadas as demonstrações até 30 de setembro de 2024. Os valores constantes foram levantados a partir dos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas em nível de Autarquia, ou seja, englobaram as contas da sede e unidades gestoras descentralizadas nos estados.

Unidade	UG	
Matriz	193034	INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ
Sede-CGFIN	193099	COORDENACAO-GERAL DE FINANCAS - CGFIN
Sede-CGGP	193330	COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - CGGP
Supes-AM	193100	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO AMAZONAS/AM
Supes-AL	193101	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO ALAGOAS/AL
Supes-AP	193102	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO AMAPA/AP
Supes-BA	193103	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO BAHIA/BA
Supes-CE	193104	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO CEARÁ/CE
Supes-AC	193105	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO ACRE/AC
Supes-DF	193106	SUPERINTENDENCIA DO DISTRITO FEDERAL/DF
Supes-ES	193107	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/ES
Supes-GO	193108	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE GOIÁS/GO
Supes-MA	193110	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO MARANHÃO/MA
Supes-MG	193111	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/MG
Supes-MS	193112	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/MS
Supes-MT	193113	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO MATO GROSSO/MT
Supes-PA	193114	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO PARÁ/PA
Supes-PB	193115	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DA PARAÍBA/PB
Supes-PE	193116	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO/PE
Supes-PI	193117	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO PIAUÍ/PI
Supes-PR	193118	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO PARANÁ/PR
Supes-RJ	193119	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RJ
Supes-RN	193120	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/RN
Supes-RO	193121	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE RONDÔNIA/RO
Supes-RR	193122	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE RORAIMA/RR
Supes-RS	193124	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/RS
Supes-SC	193125	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA/SC

Supes-SE	193126	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE SERGIPE/SE
Supes-SP	193129	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP
Supes-TO	193183	SUPERINTENDENCIA DO ESTADO DE TOCANTINS/TO

A adoção de procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais, sob a mesma base conceitual, estão sendo implantados: reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária; reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável; reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência; reconhecimento.

A implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads) foi estabelecida pela Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020, sendo de uso obrigatório pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, incluindo as empresas estatais dependentes. Já está em processo avançado de implantação do Siads na sede, e estão sendo iniciados os trabalhos nas Unidades Descentralizadas, tudo isso de forma manual, contando com o trabalho de vários colaboradores. São milhares de itens, compreendendo os almoxarifados e os itens de bens móveis.

Considerando que o Siads ainda não foi totalmente implantado em todas as unidades existe divergências nos saldos de depreciação dos bens móveis motivado pela transição dos sistemas de controle e serão providenciadas as compatibilizações dos saldos à medida que o sistema for sendo implantado.

Além disso foram iniciados esforços para a emissão regular do RMA e RMFI pelas unidades e conciliação de saldos no Siafi.

Resumo dos principais critérios e práticas contábeis

Segundo as premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público, são apresentados a seguir os principais critérios e práticas contábeis adotados no âmbito da União.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real utilizada por todos os órgãos e unidades da administração pública federal direta e indireta. Os saldos em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

- Demais créditos e valores a curto prazo

Estão relacionados principalmente a: créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais, correspondente aos valores apurados a serem encaminhadas para o órgão competente para inscrição em Dívida Ativa; adiantamentos concedidos a pessoal; suprimento de fundos; outros créditos a receber e valores a curto prazo relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), e ainda créditos por dano ao patrimônio.

- Estoques

No contexto do Ibama compreendem materiais de consumo em geral, EPIs utilizados em atividades de combate ao fogo, dentre outros. São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) na entrada, pelo custo de aquisição ou produção; e (ii) na saída, pelo custo médio ponderado. Não se constitui ajuste para perda de estoques, tendo em vista que os tipos de materiais estocados e os controles existentes tornam as perdas, quando ocorrem, insignificantes.

- Ativo realizável a longo prazo

Refere-se, principalmente, a Dívida Ativa não tributária e Dívida ativa tributária.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos juros, atualizações e correções monetárias, calculados por meio do Demonstrativo de Débito do TCU, bem como são ajustados para refletir possíveis Perdas Estimadas.

- Depreciação de bens móveis

O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. A vida útil e o valor residual seguem os critérios definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, na macrofunção 02.03.30.

- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUNet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O valor depreciado é de responsabilidade daquela SPU, apurado e registrado mensalmente. Utiliza-se o Método da Parábola de Kuentzle para estabelecer o quociente de depreciação. A vida útil do bem é definida com base no laudo de avaliação em conformidade com a Portaria Conjunta STN/SPU n. 10/2023.

- Ajuste para Perdas Estimadas

Esse ajuste é calculado aplicando-se determinado índice sobre o valor total inscrito na respectiva conta parâmetro de recebimento de valores.

No intuito de provisionar os valores estimados para perda de créditos a receber decorrentes da Dívida Ativa não tributária, foi utilizado o percentual de 99,5%, aplicado sobre o total dos valores registrados. Tal índice é uma expectativa de recebimento dos valores inscritos em Dívida Ativa, que foi calculado comparando-se o valor do efetivo recebimento aos valores inscritos na respectiva conta, no mesmo período. O procedimento foi definido pelo Ibama e pela Controladoria-Geral da União (CGU), após realização de Auditoria Financeira.

- Demais obrigações a curto prazo

Neste subgrupo registram-se os valores restituíveis (principalmente consignações, retenções previdenciárias, planos de previdência e assistência, retenções referentes a empréstimos e financiamentos), além de depósitos de terceiros, precatórios de terceiros e transferências financeiras a comprovar. Na conta depósitos de terceiros Inter OFSS os registros referem-se à destinação, aos



Estados conveniados, da arrecadação da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), conforme art. 17-B da Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações posteriores, e Instrução Normativa - IN Ibama nº 17/2011.

Declaração do contador

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama - Órgão 20701, referentes ao 4º Trimestre de 2024, refletindo a conformidade contábil, sendo pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas Notas Explicativas), encerradas em 31 de dezembro de 2024, obtidas do SIAFI, conforme o Anexo I da Portaria TCU nº 49, de 7 de abril de 2022, estão, em seus aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual SIAFI e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição (MCASP), EXCETO no que tange às ressalvas a seguir:

1. Inconsistência na depreciação dos bens móveis considerando que o Siads ainda não foi totalmente implantado em todas as unidades existe divergências nos saldos de depreciação dos bens móveis motivado pela transição dos sistemas de controle e serão providenciados os levantamentos de informações e as compatibilizações dos saldos à medida que o sistema for sendo implantado.
2. Foi realizada em janeiro de 2025 a baixa do saldo de Empréstimos e Financiamentos Concedidos que se tratava de linha de crédito fornecida ao Banco do Brasil para custeio e comercialização da borracha safra 1994/1995, que após levantamento de informações ficou comprovada incorreção nos saldos remanescentes. Então o saldo de R\$ 298.866,60 ainda consta nas demonstrações do quarto trimestre, mas não pode ser considerado um ativo do Ibama.
3. Existe distorção causada por lançamentos realizados pelo SPIUNet automaticamente quando do cancelamento de RIPs para transferência a SPU que contabilizaram no SIAFI de maneira incorreta, no montante de R\$ 6.331.876,85. Esses lançamentos resultaram em redução das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) de Outros Ganhos com Incorporação de Ativos, quando na realidade deveriam ter sido contabilizadas como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de Perda com Desincorporação de Ativo no mesmo montante. Apesar de o resultado patrimonial final não ser afetado essa ocorrência, ela pode distorcer o entendimento das movimentações de VPA e VPD no ano.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2025

Roberto Freitas Freire de Souza

CRC nº 020582/O

Contador Responsável

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

Valores em R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	457.480.173,32	366.666.358,78	PASSIVO CIRCULANTE	200.387.028,77	161.653.429,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	384.660.882,61	305.986.831,86	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	73.513.287,51	113.504.729,85
Créditos a Curto Prazo	72.011.955,51	59.620.856,58	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	72.011.955,51	59.620.856,58	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.628.608,50	3.381.174,82
Demais Créditos e Valores	72.011.955,51	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	807.335,20	1.058.670,34	Demais Obrigações a Curto Prazo	122.245.132,76	44.767.524,96
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	988.634.445,59	1.435.420.563,41	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	173.213.861,64	165.173.528,36	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	173.213.861,64	165.173.528,36	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	298.866,60	298.866,60	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	298.866,60	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas de Emp. e Financiamentos Concedidos	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	108.294.695,40	338.420.923,12	Provisões a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	338.420.923,12	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Tributária	-230.126.227,72	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	200.387.028,77	161.653.429,63
Dívida Ativa Não Tributária	64.573.450,06	20.486.465.407,76	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Dívida Ativa Não Tributária	22.229.880.542,33	-			
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	-22.165.307.092,27	-	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Demais Créditos e Valores	46.849,58	45.217,98	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Créditos e Valores	46.849,58	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	70.000,00	70.000,00
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-	-20.660.056.887,10	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Estoques	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos	-	-	Demais Reservas	79.134.016,57	66.975.523,93
Participações Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	1.166.523.573,57	1.573.387.968,63
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado do Exercício	-593.972.522,06	-342.666.802,29
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.569.293.207,07	1.650.620.792,94
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	191.202.888,56	265.433.977,98

			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.446.114.618,91	1.802.086.922,19
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	800.209.055,69	1.256.886.455,43			
Bens Móveis	235.684.196,60	203.061.646,30			
Bens Móveis	255.292.848,44	221.164.375,38			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-19.608.651,84	-18.102.729,08			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	564.524.859,09	1.053.824.809,13			
Bens Imóveis	567.223.545,13	1.056.371.815,14			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.698.686,04	-2.547.006,01			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	15.211.528,26	13.360.579,62			
Softwares	15.133.760,69	13.282.812,05			
Softwares	15.133.760,69	13.282.812,05			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	77.767,57	77.767,57			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	77.767,57	77.767,57			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-				
Diferido	-	-				
TOTAL DO ATIVO	1.446.114.618,91	1.802.086.922,19	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.446.114.618,91	1.802.086.922,19	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCIEROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	384.660.882,61	305.986.831,86	PASSIVO FINANCEIRO	465.055.260,09	276.907.495,28
ATIVO PERMANENTE	1.061.453.736,30	1.496.100.090,33	PASSIVO PERMANENTE	8.928.147,83	48.765.694,33
			SALDO PATRIMONIAL	972.131.210,99	1.476.413.732,58

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	22.423.698,22	26.158.812,34	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	444.442.459,69	209.789.431,90
Atos Potenciais Ativos	22.423.698,22	26.158.812,34	Atos Potenciais Passivos	444.442.459,69	209.789.431,90
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	1.850.864,09	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	22.423.698,22	24.307.948,25	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	25.354.373,23	23.152.414,52
Congêneres	-	-	Congêneres	419.088.086,46	186.637.017,38
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	22.423.698,22	26.158.812,34	TOTAL	444.442.459,69	209.789.431,90

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-122.008.584,03
Recursos Vinculados		41.614.206,55
Previdência Social (RPPS)		-
Dívida Pública		-9.715.043,66
Fundos, Órgãos e Programas		51.329.250,21
TOTAL		-80.394.377,48

Fonte: SiafiWeb

Balanço Orçamentário

Valores em R\$

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	600.691.877,00	600.691.877,00	1.078.677.480,11	477.985.603,11
Receitas Tributárias	297.544.150,00	297.544.150,00	389.031.755,56	91.487.605,56
Impostos	-	-	-	-
Taxas	297.544.150,00	297.544.150,00	389.031.755,56	91.487.605,56
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	13.600.896,00	13.600.896,00	14.614.355,41	1.013.459,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	22.951,00	22.951,00	24.514,75	1.563,75
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	13.577.945,00	13.577.945,00	14.589.840,66	1.011.895,66
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	190.981.249,00	190.981.249,00	161.738.144,32	-29.243.104,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	190.981.249,00	190.981.249,00	161.738.144,32	-29.243.104,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	98.565.582,00	98.565.582,00	513.293.224,82	414.727.642,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	97.289.164,00	97.289.164,00	510.977.874,96	413.688.710,96
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.192.173,00	1.192.173,00	2.003.887,85	811.714,85
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	189.671,37	189.671,37
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	84.245,00	84.245,00	121.790,64	37.545,64
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	14.700,00	14.700,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-



Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Relatório Contábil – 4º Trimestre/2024

Alienação de Bens	-	-	14.700,00	14.700,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	14.700,00	14.700,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	600.691.877,00	600.691.877,00	1.078.692.180,11	478.000.303,11
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	600.691.877,00	600.691.877,00	1.078.692.180,11	478.000.303,11
DEFÍCIT			928.919.184,98	928.919.184,98
TOTAL	600.691.877,00	600.691.877,00	2.007.611.365,09	1.406.919.488,09
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	292.126.685,00	-	-292.126.685,00
Superavit Financeiro	-	284.331.661,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	7.795.024,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.826.422.140,00	2.034.596.689,00	1.900.755.586,50	1.765.844.322,36	1.656.028.038,12	133.841.102,50
Pessoal e Encargos Sociais	1.201.093.461,00	1.243.108.486,00	1.232.965.401,81	1.232.377.877,25	1.143.840.894,39	10.143.084,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	625.328.679,00	791.488.203,00	667.790.184,69	533.466.445,11	512.187.143,73	123.698.018,31
DESPESAS DE CAPITAL	21.552.026,00	105.504.162,00	106.855.778,59	17.773.307,50	17.417.027,98	-1.351.616,59
Investimentos	21.552.026,00	105.504.162,00	106.855.778,59	17.773.307,50	17.417.027,98	-1.351.616,59
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.607.008,00	24.607.008,00	-	-	-	24.607.008,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.872.581.174,00	2.164.707.859,00	2.007.611.365,09	1.783.617.629,86	1.673.445.066,10	157.096.493,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-

Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.872.581.174,00	2.164.707.859,00	2.007.611.365,09	1.783.617.629,86	1.673.445.066,10	157.096.493,91	
TOTAL	1.872.581.174,00	2.164.707.859,00	2.007.611.365,09	1.783.617.629,86	1.673.445.066,10	157.096.493,91	

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.570.782,31	121.121.352,15	50.251.425,43	49.120.347,50	36.634.718,52	48.937.068,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.401.612,36	368.561,68	368.561,68	12.033.050,68	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.570.782,31	108.719.739,79	49.882.863,75	48.751.785,82	24.601.667,84	48.937.068,44
DESPESAS DE CAPITAL	8.323.997,72	21.003.627,80	19.623.929,37	19.620.832,97	7.906.747,68	1.800.044,87
Investimentos	8.323.997,72	21.003.627,80	19.623.929,37	19.620.832,97	7.906.747,68	1.800.044,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	21.894.780,03	142.124.979,95	69.875.354,80	68.741.180,47	44.541.466,20	50.737.113,31

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	293.124,09	89.620.295,39	89.645.647,19	31.906,30	235.865,99
Pessoal e Encargos Sociais	-	78.013.784,98	78.013.784,98	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	293.124,09	11.606.510,41	11.631.862,21	31.906,30	235.865,99
DESPESAS DE CAPITAL	-	4.700,00	4.700,00	-	-
Investimentos	-	4.700,00	4.700,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	293.124,09	89.624.995,39	89.650.347,19	31.906,30	235.865,99

Fonte: SiafiWeb

Balanço Financeiro

Valores em R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias		
Ordinárias	1.078.692.180,11	592.195.453,84	Ordinárias	2.007.611.365,09	1.734.494.451,27
Vinculadas	1.079.486.753,45	592.777.010,82	Vinculadas	1.266.274.497,06	636.258.709,53
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	741.336.868,03	1.098.235.741,74
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.079.486.753,45	592.777.010,82	Previdência Social (RPPS)	6.453.595,00	604.490.047,93
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-794.573,34	-581.556,98	Dívida Pública	181.807.108,99	-
Transferências Financeiras Recebidas	4.209.774.999,57	3.709.204.697,42	Transferências Financeiras Concedidas	3.860.650.274,62	2.819.160.801,84
Resultantes da Execução Orçamentária	3.436.450.921,78	3.072.359.391,41	Resultantes da Execução Orçamentária	1.799.538.046,69	1.610.967.164,20
Repasso Recebido	1.672.922.824,53	1.481.618.693,00	Repasso Concedido	36.009.949,44	20.225.495,92
Sub-repasso Recebido	1.763.528.097,25	1.590.739.728,54	Sub-repasso Concedido	1.763.528.097,25	1.590.739.728,54
Sub-repasso Devolvido		969,87	Repasso Devolvido		969,87
Independentes da Execução Orçamentária	773.324.077,79	636.845.306,01	Sub-repasso Devolvido		969,87
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	122.314.070,08	149.638.756,01	Independentes da Execução Orçamentária	2.061.112.227,93	1.208.193.637,64
Demais Transferências Recebidas	879.347,15	1.392.885,80	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	73.135.234,86	82.243.662,11
Movimentação de Saldos Patrimoniais	650.130.660,56	485.813.664,20	Demais Transferências Concedidas	18.564,68	
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.987.958.428,39	1.125.949.975,53
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.220.494.477,05	747.033.137,35	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	110.172.563,76	88.648.492,46	Pagamentos Extraorçamentários	562.025.966,27	475.341.113,31
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	223.993.735,23	142.124.979,95	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	89.650.347,19	78.843.625,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	460.572.170,11	318.794.863,86	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	68.741.180,47	78.820.449,33
Outros Recebimentos Extraorçamentários	425.756.007,95	197.464.801,08	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	403.634.438,61	317.659.281,69
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.634,48		Outros Pagamentos Extraorçamentários		17.757,14
Arrecadação de Outra Unidade	416.650.997,49	197.464.801,08	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		1.412,28
Demais Recebimentos	9.096.375,98		Demais Pagamentos		16.344,86
Saldo do Exercício Anterior	305.986.831,86	286.549.909,67	Saldo para o Exercício Seguinte	384.660.882,61	305.986.831,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	305.986.831,86	286.549.909,67	Caixa e Equivalentes de Caixa	384.660.882,61	305.986.831,86
TOTAL	6.814.948.488,59	5.334.983.198,28	TOTAL	6.814.948.488,59	5.334.983.198,28

Fonte: Siafiweb

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em R\$

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	115.701.911,70	38.238.114,41
INGRESSOS	6.174.772.023,26	4.817.495.516,20
Receita Tributária	389.031.755,56	299.547.742,65
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	14.614.355,41	13.747.910,51
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	161.738.144,32	149.351.395,73
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	513.293.224,82	129.385.517,23
Transferências Recebidas	-	-1.412,28
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-1.412,28
Outros Ingressos Operacionais	5.096.094.543,15	4.225.464.362,36
Ingressos Extraorçamentários	460.572.170,11	318.794.863,86
Transferências Financeiras Recebidas	4.209.774.999,57	3.709.204.697,42
Arrecadação de Outra Unidade	416.650.997,49	197.464.801,08
Demais Recebimentos	9.096.375,98	
DESEMBOLSOS	-6.059.070.111,56	-4.779.257.401,79
Pessoal e Demais Despesas	-1.700.393.422,29	-1.551.014.173,54
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-68.344,84
Administração	-2.400,00	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-2.232,13	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-6.964,20	-
Previdência Social	-667.573.259,87	-642.292.071,53
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-1.161,84	-
Direitos da Cidadania	-455.720,83	-637.108,49
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.032.079.319,86	-907.485.560,05
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-83.514,10	-271.740,26
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-70.352,68	-86.380,21
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-127.131,26	-172.968,16
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	8.634,48	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-

Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-94.391.976,04	-91.405.387,58
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-94.391.976,04	-91.405.387,58
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-4.264.284.713,23	-3.136.837.840,67
Dispêndios Extraorçamentários	-403.634.438,61	-317.659.281,69
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-1.412,28
Transferências Financeiras Concedidas	-3.860.650.274,62	-2.819.160.801,84
Demais Pagamentos	-	-16.344,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-37.027.860,95	-18.801.192,22
INGRESSOS	14.700,00	164.300,00
Alienação de Bens	14.700,00	164.300,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-37.042.560,95	-18.965.492,22
Aquisição de Ativo Não Circulante	-35.330.380,71	-18.965.492,22
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.712.180,24	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	78.674.050,75	19.436.922,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	305.986.831,86	286.549.909,67
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	384.660.882,61	305.986.831,86

Fonte: SiafiWeb

Demonstração das Variações Patrimoniais

Valores em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.454.716.670,17	4.809.180.136,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	559.617.738,70	430.629.959,27
Impostos	31.203.290,04	20.283.119,40
Taxas	528.414.448,66	410.346.839,87
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	161.762.646,38	149.364.265,48
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	161.762.646,38	149.364.265,48
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	158.848,97	43.921,18
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	158.848,97	43.921,18
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.237.215.403,87	3.742.141.805,63
Transferências Intragovernamentais	4.209.774.999,57	3.709.204.697,42
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-1.412,28
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	27.440.404,30	32.938.520,49
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	743.874.282,42	455.420.858,06
Reavaliação de Ativos	6.106.488,04	-
Ganhos com Alienação	204.370,35	122.322,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	724.581.296,69	437.009.385,29
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.982.127,34	18.289.150,77
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	752.087.749,83	31.579.327,25
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	752.087.749,83	31.579.327,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.048.689.192,23	5.151.846.939,16
Pessoal e Encargos	659.889.233,07	618.384.793,55
Remuneração a Pessoal	500.026.671,15	482.088.044,41
Encargos Patronais	104.549.793,99	98.612.793,64
Benefícios a Pessoal	52.976.341,17	35.193.529,03
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	2.336.426,76	2.490.426,47
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	680.484.944,57	655.986.723,90
Aposentadorias e Reformas	488.406.639,03	470.942.602,18

Pensões	178.883.732,25	175.419.337,21
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.194.573,29	9.624.784,51
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	478.287.072,96	392.529.800,89
Uso de Material de Consumo	34.303.923,04	23.950.724,12
Serviços	441.861.148,99	366.717.617,54
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.122.000,93	1.861.459,23
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	16.210,72	10.487,06
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13.328,62	8.040,11
Variações Monetárias e Cambiais	2.882,00	-
Descontos Financeiros Concedidos	0,10	2.446,95
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.891.712.254,39	2.863.280.426,04
Transferências Intragovernamentais	3.860.726.116,48	2.819.177.146,70
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	30.986.137,91	44.103.279,34
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.140.704.535,05	476.369.901,36
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	533.928.615,86	406.018.112,19
Perdas com Alienação	-	885.528,86
Perdas Involuntárias	150.330,77	315,98
Incorporação de Passivos	13.767.789,05	20.471.265,31
Desincorporação de Ativos	592.857.799,37	48.994.679,02
Tributárias	2.021.099,99	1.789.753,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	328.793,48	226.377,90
Contribuições	1.692.306,51	1.563.375,11
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	195.573.841,48	143.495.053,35
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	195.573.841,48	143.495.053,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-593.972.522,06	-342.666.802,29

Fonte: SiafiWeb

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Para o BP, os comparativos serão em relação ao exercício anterior (dezembro encerrado - 014/2023); portanto, para o 4º trimestre 2024 serão utilizados os valores extraídos dos Balancete 014/2024 x Balancete 014/2023.

❖ ATIVO

Nota 1 – Ativo Circulante - Estoques

A conta Estoques situada no ativo circulante é composta integralmente de bens de consumo em almoxarifado. Houve uma diminuição de 23,74% no saldo da conta motivada pela utilização de materiais de EPI, segurança, patrulhamento e combate ao fogo em conjunto com esforço para diminuição de estoque de material de escritório em almoxarifado tendo em vista a utilização do sistema de almoxarifado virtual.

TABELA 1 – Variação do saldo de estoques em R\$

	31/12/2024	31/12/2023	AH%	DIFERENÇA
Ibama	807.335,20	1.058.670,34	-23,74%	-251.335,14

Fonte: Siafi dezembro/2024

AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

Nota 2 - Demais Créditos e Valores a curto prazo

Trata-se de conta do ativo constituída por valores concedidos em adiantamento, que devem ter sua aplicação comprovada ou serem apropriados posteriormente em razão do regime de competência.

Em 31/12/2024, o item Créditos e valores a curto prazo totalizou aproximadamente R\$ 72 milhões, conforme demonstrado na Tabela 2.

TABELA 2 - Composição dos demais créditos e valores a curto prazo em R\$

	31/12/2024	31/12/2023	AH%	AV%	DIFERENÇA
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	1.373.951,51	13.271.133,14	-89,65%	1,91%	-11.897.181,63
Adiantamento - Suprimento de Fundos	8.634,48	-	-	0,01%	8.634,48
Créditos a Receber de Entidades Federais – Intra	273.000,00	273.000,00	0,00%	0,38%	0,00
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	70.356.369,52	46.076.723,44	52,69%	97,70%	24.279.646,08
Total	72.011.955,51	59.620.856,58	20,78%	100,00%	12.391.098,93

Fonte: Siafi dezembro/2024

AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

A diferença percentual de 89,65% na conta Adiantamentos Concedidos a Pessoal ocorreu

por não terem sido apropriados em tempo hábil os saldos. Os saldos foram transportados para o exercício seguinte quando ocorreram os ajustes necessários. A conta é composta de adiantamentos de salários, de décimo terceiro e férias concedidas aos servidores solicitantes.

Em termos monetários, na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, verifica-se, que a maior representatividade, 97,62%, se refere a Adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada.

Nota 3 - Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo é composto principalmente por Dívida Ativa Tributária e não Tributária, sendo esta última referente em sua maioria a multas por infrações ambientais.

A maior representatividade, em termos monetários, do ativo realizável a longo prazo se encontra na dívida ativa não tributária somando aproximadamente R\$ 22,229 bilhões, e a dívida ativa tributária R\$ 338,42 milhões. Considerando o ajuste para perdas de créditos de longo prazo resta saldo de R\$ 172,86 milhões resultando em uma estimativa de recebimento de 0,76% do valor total.

TABELA 3: Principais saldos da conta Ativo Realizável a Longo Prazo em R\$

	2024	2023	AH%
Dívida Ativa Tributária	338.420.923,12	338.420.923,12	0,00%
Dívida Ativa Não Tributária	22.229.880.542,33	20.486.465.407,76	8,51%
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-230.126.227,72	-230.126.227,72	0,00%
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	-22.165.307.092,27	-20.429.930.659,38	8,49%
Total Líquido	172.868.145,46	164.829.443,78	4,88%

Fonte: Siafi dezembro/2024 e 2023

AH – Análise Horizontal

Foi realizada a baixa em janeiro de 2025 do saldo de Empréstimos e Financiamentos Concedidos que se tratava de linha de crédito fornecida ao Banco do Brasil para custeio e comercialização da borracha safra 1994/1995, que após levantamento de informações ficou comprovada incorreção nos saldos remanescentes. Então o saldo de R\$ 298.866,60 ainda consta nas demonstrações do quarto trimestre, mas não pode ser considerado um ativo do Ibama.

Nota 4 - Imobilizado – Bens Imóveis

Os bens imóveis totalizam um saldo de R\$ 567 milhões e são distribuídos por tipo de imóveis conforme tabela a seguir:

TABELA 4: Composição dos bens de uso especial no órgão consolidado – Valor Bruto em R\$

	2024	2023	AH%	AV%
Imóveis residenciais / comerciais	52.892.050,99	542.830.930,88	-90,26%	9,32%
Edifícios	220.914.966,42	225.388.599,77	-1,98%	38,94%
Terrenos/glebas	14.136.243,06	12.908.621,96	9,51%	2,49%
Armazéns/galpões	32.160.760,63	32.378.666,18	-0,67%	5,67%
Aeroportos/estacões/aeródromos	5.994.537,99	1.712.289,69	250,09%	1,06%
Fazendas, parques e reservas	29.341.915,54	29.469.415,54	-0,43%	5,17%
Ilhas	912,99	912,99	0,00%	0,0002%

Complexos/fabricas/usinas	1.252.914,26	1.203.414,26	4,11%	0,22%
Salas	2.863.304,24	2.165.042,66	32,25%	0,50%
Autarquias/fundações	190.393.453,39	190.572.278,27	-0,09%	33,56%
Postos de fiscalização	837.523,42	837.523,42	0,00%	0,15%
Outros bens imóveis não registrado	13.645.748,52	0,00	100,00%	2,41%
Bens imóveis em andamento	54.684,79	0,00	100,00%	0,01%
Obras em andamento	12.597,04	13.950.483,16	-99,91%	0,002%
Estudos e projetos	42.087,75	50.087,75	-15,97%	0,01%
Instalações	920.184,91	1.089.204,63	-15,52%	0,16%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.814.343,98	1.814.343,98	0,00%	0,32%
Total	567.278.229,92	1.056.371.815,14	-46,30%	100,00%

Fonte: Siafi dezembro/2024 e 2023

AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal.

O saldo de R\$ 13.645.748,42 na conta Outros Bens Imóveis Não Registrados no SPIUNet se refere principalmente a ajuste temporário da conta Obras em Andamento, tendo o saldo dessa conta sido transferido para aquela até que seja concluída a contratação de engenheiros para emitirem laudo de reavaliação de imóveis para atualização no SPIUNet e posterior ajustes no SIAFI no prazo de 12 (doze) meses.

A redução no saldo é motivada pela transferência de diversos imóveis para a SPU e pela apuração de imóveis existentes.

❖ PASSIVO

Nota 5 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Este item do Balanço Patrimonial é composto principalmente pelas contas Valores Restituíveis e Outras Obrigações a Curto Prazo, houve um aumento de 173,07% no saldo de Demais Obrigações a Curto Prazo em relação ao 4º trimestre de 2023, a seguir estão discriminados os componentes das contas principais:

Em 31/12/2024, a conta Valores Restituíveis totalizou R\$ 113.798.471,36 detalhado na tabela abaixo:

TABELA 5: Composição da conta valores restituíveis em R\$

	2024	2023	AH%	AV%
Retenção Previdenciária - FRGPs	1.306.740,38	858.445,22	52,22%	1,15%
IRRF Devido Ao Tesouro Nacional	10.960.744,27	-	-	9,63%
Impostos E Contribuições Diversos Devido	7.909.875,17	88.853,34	8802,17%	6,95%
ISS	24.634,54	27.375,86	-10,01%	0,02%
Pensão Alimentícia	1.005.902,80	1.025.454,49	-1,91%	0,88%
Planos De Previdência E Assistência	2.808.106,64	2.657.147,58	5,68%	2,47%
Retenções-Entidades Representativa	168.594,19	159.915,97	5,43%	0,15%
Retenções - Associações	356.338,84	196.397,97	81,44%	0,31%
Retenções - Cooperativas	334.737,23	334.373,74	0,11%	0,29%
Retenções - Planos De Seguros	391.351,10	368.863,36	6,10%	0,34%
Retenções - Empréstimos E Financia	8.481.478,72	8.367.940,90	1,36%	7,45%
Serviços De Processamento De Dados	66.761,30	67.370,40	-0,90%	0,06%
Previdência Complementar Servidor	267.549,27	259.080,30	3,27%	0,24%
Glosa De Encargos Trabalhistas	41.144,21	18.738,16	119,57%	0,04%

Depósitos Retidos De Fornecedores	51.292.908,29	-	-	45,07%
Depósitos De Terceiros	4.959,46	-	-	0,00%
Depósitos De Terceiros - Inter OFSS	28.376.644,95	22.778.139,62	24,58%	24,94%
Total	113.798.471,36	37.208.096,91	205,84%	100,00%

Fonte: Siafi dezembro/2024 e 2023

AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal; CPGF – Cartão de pagamento do governo federal.

Houve um aumento de 205,84% no saldo da conta contábil em comparação com dezembro de 2023 principalmente pelo ajuste realizado pela STN para cumprir a determinação do item 9.2 do acórdão TCU 2.717/2023 que determinou que os valores retidos com bloqueio de movimentação passem a ser evidenciados no ativo e passivo. Os valores registrados na conta 8.9.7.1.1.21.00 - Controle de Provisão de Encargos Trabalhistas foram transferidos para as contas 1.1.1.3.1.02.00 - Garantias e 2.1.8.8.1.04.06 - Depósitos Retidos de Fornecedores. A partir desse ajuste os lançamentos regulares passaram a ser contabilizados nessas contas.

Outro motivo relevante é a retenção de IRRF, outros impostos e contribuições a recolher ao Tesouro Nacional, esses valores são devidos sobre todos os pagamentos realizados pelo Ibama na contratação de serviços e aquisição de bens, conforme a IN RFB 1.234/2012. O recolhimento ocorre apenas no mês seguinte ao pagamento do principal das notas fiscais, a situação para recolhimento no SIAFI foi alterada e o novo procedimento passou a ocorrer a partir de janeiro de 2024.

Em 31/12/2024, a conta Outras Obrigações a Curto Prazo totalizou R\$ 8.446.661,40 conforme detalhado na tabela abaixo:

TABELA 6: Composição da conta outras obrigações a curto prazo em R\$

	2024	2023	AH%	AV%
Indenizações, restituições e compensações	164.166,76	164.269,66	-0,06%	1,94%
Diárias a pagar	58.871,51	13.220,77	345,30%	0,70%
Ordens bancárias canceladas	69.007,86	27.649,44	149,58%	0,82%
Fatura - cartão de pagamento do governo	8.634,48	-	100,00%	0,10%
Transferências financeiras a comprovar	8.145.980,79	7.354.288,18	10,77%	96,44%
Total	8.446.661,40	7.559.428,05	11,74%	100,00%

Fonte: Siafi dezembro/2024 e 2023

AV – Análise Vertical; AH – Análise Horizontal; CPGF – Cartão de pagamento do governo federal.

Nota 6 - Ajustes de exercícios anteriores

Refere-se principalmente a ajustes de dívida ativa não tributária referente a exercícios anteriores, a conta possui movimentação expressiva pelo registro tanto da incorporação da correção da dívida ativa quanto do ajuste para perdas estimadas, outras movimentações são referentes a ajustes de depreciação de bens imóveis transferidos ou reavaliados em exercícios anteriores e ajustes de reclassificação de bens móveis. A conta possuía o saldo de R\$ 191.202.888,56 até 31/12/2024.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Para elaboração das notas do Balanço Orçamentário, considera-se a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, que correspondem aos saldos com as alterações posteriores à previsão e fixação inicialmente consignada na LOA.

Nota 8 – Resultado Orçamentário

O Balanço Orçamentário por concepção, aponta para déficit orçamentário na ordem de R\$ 928,9 milhões, o que não representa, fundamentalmente, um impacto negativo. As receitas vinculadas do órgão são insuficientes para equilíbrio com as despesas, sinalizando dependência do Tesouro para aportes de recursos ordinários e da seguridade social, sobretudo para as despesas com pessoal e encargos, tendo em vista que parte da fonte das programações é oriundo de receitas não arrecadadas pelo próprio órgão (como é o caso da fonte 1000, por exemplo). Esses créditos orçamentários não são evidenciados no BO, tendo em vista a metodologia definida pela STN quanto a sua elaboração, mas podem ser identificados no Balanço Financeiro, Transferências Financeiras Recebidas, nos itens dos ingressos.

Nota 9 - Receitas Realizadas

A Receita realizada é o valor arrecadado no período e totaliza aproximadamente R\$ 1,078 bilhão o que representa a realização de 178,57% das receitas previstas para o ano.

Geralmente as maiores arrecadações de receita corrente se concentram em receita tributária em virtude da arrecadação da TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (R\$ 389 milhões – 130,75%), seguida pelas receitas de serviços, relativo às arrecadações relacionadas à emissão de licenciamentos diversos, tais como autorizações diversas, licença para porte de motosserra e para criadores de passeriformes amadores (R\$ 161 milhões – 84,69%).

Entretanto o maior destaque do ano é o grupo outras receitas correntes, destaca-se a arrecadação de aproximadamente R\$ 513 milhões, ultrapassando a previsão anual em 520,76%, tal performance se deu por recebimento de altos valores de débitos de multas ajuizadas e não ajuizadas inscritas em dívida ativa, respondendo por 64% do arrecadado no grupo, aliado ao recebimento de valores referentes a multas por danos ao meio ambiente acima do previsto na LOA, respondendo por 35% do arrecadado. O grupo ainda é composto de outras indenizações e restituições, outras multas judiciais e administrativas.

Nota 10 – Despesa Orçamentária

A dotação inicial prevista na LOA para o órgão consolidado foi de aproximadamente R\$ 1,872 bilhão e a atualizada consta em 2,164 bilhões. As despesas empenhadas atingiram o montante aproximado de R\$ 2,007 bilhões, o que equivale a execução de 92,74% da dotação atualizada executada. Em relação às outras etapas da execução, até 31/12/2024, 88,84% das despesas empenhadas foram liquidadas e 83,35% foram pagas.

Das despesas empenhadas, 94,67% se referem a despesas correntes, sendo a maior parte referente a despesas de pessoal, notadamente, aquelas com pessoal ativo e inativo. Quanto às outras despesas correntes, destaca-se o montante empenhado com outros serviços de terceiros - pessoa

jurídica, locação de mão-de-obra, passagens e despesas com locomoção, auxílio-alimentação e contratação por tempo determinado.

Nota 11 – Restos a pagar

Na Tabela 7, demonstra-se a composição de Restos a Pagar não Processados (RPNP) inscritos em exercícios anteriores.

TABELA 7 - Composição do RPNP em R\$

RPNP inscritos em exercícios anteriores	RPNP a liquidar	Liquidados a Pagar	Pagos	Cancelados
164.019.759,98	48.102.938,98	1.134.174,33	68.741.180,47	44.541.466,20

Fonte: Siafi dezembro/2024

Destaca-se que do total de RPNP, R\$ 142,1 milhões referem-se à inscrição no exercício corrente relativa a despesas de 2023 e 21,8 milhões à reinscrição relativa a outros exercícios.

Foram inscritos em 31/12/2024 RPNP no montante de R\$ 223.993.735,23, referentes a despesas empenhadas em 2024 e não liquidadas.

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O cálculo do resultado financeiro pode ser verificado de duas formas. A primeira considera o total dos ingressos e dispêndios, excluindo-se o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa; já a segunda maneira considera apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa inicial e final, deduzindo-se o saldo do exercício anterior (caixa final) do saldo que passa para o exercício seguinte (caixa inicial). Esta metodologia é equivalente à Geração Líquida de Caixa apresentada pela DFC.

Conforme demonstrado na Tabela 5, o resultado financeiro do período foi superavitário em R\$ 84,3 milhões, tendo em vista que o montante dos Ingressos foi maior que os Dispêndios.

TABELA 8 - Resultado Financeiro em R\$

	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)
Receitas Orçamentárias	1.078.692.180,11	592.195.453,84	82,15%
Transferências Financeiras Recebidas	4.209.774.999,57	3.709.204.697,42	13,50%
Recebimentos Extraorçamentários	1.217.362.538,80	747.033.137,35	62,96%
(-) Despesa Orçamentária	2.007.611.365,09	1.734.494.451,27	15,75%
(-) Transferências Financeiras Concedidas	3.857.518.336,37	2.819.160.801,84	36,83%
(-) Pagamentos Extraorçamentários	562.025.966,27	475.341.113,31	18,24%
Resultado Financeiro	78.674.050,75	19.436.922,19	304,77%
	31/12/2024	31/12/2023	AH (%)
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	384.660.882,61	305.986.831,86	25,71%
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	305.986.831,86	286.549.909,67	6,78%
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	78.674.050,75	19.436.922,19	304,77%

Fonte: Siafi dezembro/2024

AH – Análise Horizontal

De acordo com o MCASP 10ª Edição as receitas orçamentárias devem ser apresentadas por seus valores líquidos de restituições e retificações. Os valores dessas deduções estão detalhados na tabela a seguir:

TABELA 9 – Composição das deduções da receita orçamentária por fonte em R\$

	30/12/2024	AV%
Restituições	367.821,18	46,29%
Fonte 1070000000 – Controle e Fiscalização Ambiental	237.135,46	29,84%
Fonte 1050000186 – Recursos Próprios Livres da UO	121.410,98	15,28%
Fonte 1092000000 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	29,25	0,004%
Fonte 1052000186 - Recursos Livres da UO	9.245,49	1,16%
Retificações	426.752,09	53,71%
Fonte 1070000000 – Controle e Fiscalização Ambiental	16.246,03	2,04%
Fonte 1092000000 - Proteção Ambiental em Regiões Impactadas pela Mineração	269,57	0,03%
Fonte 1050000186 – Recursos Próprios Livres da UO	117.368,76	14,77%
Fonte 1052000186 - Recursos Livres da UO	117.231,80	14,75%
Fonte 1051000186 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	175.635,93	22,10%
Outras deduções (fonte 1070)	0,07	>0,001%
Total	794.573,34	

Fonte: Siafi dezembro/2024

AV – Análise Vertical

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Para a DVP, os comparativos são em relação ao mesmo trimestre no exercício anterior; dessa forma, para o 4º trimestre de 2024, serão utilizados os valores extraídos dos Balancete dez/2023 x Balancete dez/2024.

Até este trimestre apresenta-se um resultado patrimonial negativo de R\$ 601 milhões.

Nota 13 – Outros Ganhos com Incorporação de Ativos

Existe distorção causada por lançamentos realizados no SPIUNet de cancelamento de RIPs para transferência a SPU que contabilizaram no SIAFI de maneira incorreta, no montante de R\$ 6.331.876,85, essas distorções não puderam ser sanadas antes do fechamento do ano, impactando negativamente o saldo da conta de ganhos com incorporação de ativos. A resolução do caso está sendo averiguada e existem tratativas junto a SPU para regularização da distorção contábil.

Entretanto ressalta-se que a contabilização correta resultaria em VPD no mesmo montante por se tratar de desincorporação de ativos sem contrapartida, consequentemente o resultado patrimonial é compatível.

Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais representam 65,71% das VPAs no montante aproximado de R\$ 4.237 bilhões. Se trata de transferências financeiras recebidas para execução do orçamento recebido e transferências recebidas para execução dos restos a pagar.

Apesar do aumento de 13,23%, as VPDs de transferências concedidas cresceram em maior grau, 35,81%.

Nota 15 – Transferências e Delegações Concedidas

No grupo das VPDs, nota-se um valor significativo consolidado em R\$ 5.151 bilhões em Transferências Intragovernamentais que constitui 55,16% das VPDs. Trata-se de transferências concedidas a nível de sub-repasso concedido para as Unidades Gestoras e movimento de saldos patrimoniais, que em sua maioria são recursos transferidos automaticamente pela parametrização dos códigos de GRU, por exemplo, acordos de cooperação para arrecadação de TCFA os estados.

Nota 16 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Outro grupo de destaque é o Desvalorização e Perda de Ativos que teve um crescimento de 140% motivado pela contabilização de ajustes de perda esperada de ativos de longo prazo e pela desincorporação e reavaliação de imóveis no SPIUNet que deveriam ter sido transferidos ou desincorporados em exercícios anteriores, mas a desincorporação somente ocorreu em 2024.